

## **À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE**

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 90013/2024

Processo Administrativo nº 23034.000023/2024-16

A **ALGAR TI CONSULTORIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.510.654/0004-21, com sede na SBS Q. 02 BL. Q SALA 402 – Brasília-DF, vem, por meio de seus representantes infrafirmados, com fulcro na Seção 11 do edital e no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, apresentar

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

apresentado pela empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, pelos argumentos de fato e de direitos a seguir expostos.

#### **I. DA TEMPESTIVIDADE**

1. De início, verifica-se que as contrarrazões, ora apresentadas preenchem o requisito da tempestividade, pois o prazo para protocolo das razões recursais findou no dia 07 de janeiro de 2025, sendo determinada a data limite para o registro das contrarrazões em 10 de janeiro de 2025. Assim, esta peça é tempestiva.

#### **II. BREVE RESUMO DOS FATOS E DAS RAZÕES RECURSAIS**

2. O presente certame versa sobre a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, cujo objeto é contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de apoio técnico especializado às atividades de gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do FNDE, conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital nº 90013/2024.

3. Realizada e processada a disputa, nos termos disciplinados no instrumento convocatório e anexos, registrou-se a seguinte ordem de classificação das licitantes: em primeiro lugar, a LINUXELL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA; em segundo lugar, a ALGAR TI, ora Recorrida.

4. Após a inabilitação da empresa LINUXELL visto que não logrou êxito em comprovar a exequibilidade de sua proposta de preços, a empresa ALGAR TI foi convocada. Com base nos acertados termos da Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI desse nobre Órgão, a Recorrida ALGAR TI teve sua proposta aceita e foi habilitada no presente certame, uma vez que a proposta de preços e a documentação apresentada atendem às especificações e exigências do Edital e estão em conformidade com a legislação vigente.

5. Contra essa decisão, a empresa G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, ora Recorrente, se insurgiu aduzindo, segundo seu equivocado entendimento, que:

- (i) a proposta apresentada pela Recorrida ALGAR TI é inexecutável, uma vez que considerou a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) de acordo com o Art. 7º da Lei nº 12.546/201;
- (ii) no Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários da planilha apresentada pela ALGAR TI foram identificadas inconsistências na aplicação das alíquotas ao apresentar a alíquota de 4,64% para férias e adicional de férias;
- (iii) ausência de demonstração dos custos, na planilha de composição dos preços, relacionados aos equipamentos e softwares necessários para a execução dos serviços;
- (iv) ainda, na planilha, houve a indicação incorreta da alíquota de ISS, onde constava 2% deveria constar 5% posto que, no esclarecimento prestado, o FNDE informou que o código para apuração do ISS deveria ser o 17.05, referente ao fornecimento de mão-de-obra, e não o código 1.03, referente aos serviços de informática e congêneres;
- (v) considerando o deferimento das alegações anteriores: erros na precificação do INSS, CPRB, férias e adicional de férias, Incidência Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1, a adequação da planilha de preços mantendo-se o preço final ofertado resultará em um percentual de custos indiretos zerado e taxa de lucro com um percentual negativo de – 1,37% e, portanto, a proposta é inexecutável.

6. Entretanto, as razões recursais não merecem ser acolhidas, conforme será demonstrado, vez que a Recorrente se utilizou de acusações infundadas, apenas com o objetivo de procrastinar o procedimento, com isso trazendo sérios prejuízos à Administração.

7. A priori, ressalta-se que não há dúvidas de que a proposta de preços e os requisitos de habilitação da Recorrida obedeceram a todos os critérios estabelecidos no edital, visto que, por tais motivos, a empresa ALGAR TI foi declarada vencedora no certame.

8. Noutro norte, as razões recursais apresentadas apenas demonstram uma conduta puramente protelatória da Recorrente que contraria os princípios do Direito Administrativo com o único objetivo de reverter a adjudicação do objeto do certame, apesar de desprovida de qualquer fundamentação lógica ou jurídica.

9. Dito isso, passa-se ao exame das alegações da Recorrente.

### **III. DA LEGALIDADE DA DECISÃO DO PREGOEIRO QUE HABILITOU A RECORRIDA**

10. O objetivo da presente defesa é demonstrar que a Recorrida comprovou os requisitos necessários para demonstrar a exequibilidade da proposta de preços ofertada, bem como cumpre as regras exigidas pelo Edital e, por isso, o recurso da empresa G4F deve ser integralmente desprovido.

11. Destaca-se ainda que as presentes contrarrazões trazem à baila a aplicação da nova Lei de Licitações, de nº 14.133/2021, e interpretação do Edital condizente com os princípios da legalidade, da competitividade e da vantajosidade os quais a r. Comissão se ativeram.

12. É certo que a condução do processo licitatório em epígrafe ocorreu em consonância com as regras estabelecidas na legislação que regula o tema, sendo que a decisão levada a termo por esta respeitosa Comissão é irretocável, onde houve a prevalência da legalidade e isonomia esperadas quando da competição por uma proposta capaz de atender integralmente às necessidades da Administração Pública, merecendo ser mantida a habilitação da empresa ALGAR TI.

13. A fim de demonstrar a insubsistência dos argumentos apontados pela Recorrente, cabe detalhar cada um dos pontos alegados.

#### **III.I DA OBSERVÂNCIA AO ART. 7º DA LEI Nº 12.546/2011, QUE REGULAMENTA O BENEFÍCIO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - CPRB**

14. Em suas razões recursais, a Recorrente afirma equivocadamente que a proposta da ALGAR TI é inexecutável, visto que não reflete os percentuais corretos para o período em que o contrato será

executado. Porém, afirma que a proposta apresentou a alíquota vigente naquele momento, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.546/2011.

**15.** Para fundamentar a sua argumentação desprovida de qualquer lógica, a Recorrente ainda alega que a proposta afronta o próprio edital, pois não considerou as respostas aos esclarecimentos que possuem caráter vinculante ao Edital, sendo que já deveria prever integralmente em sua composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual.

**16.** Porém, totalmente descabida a alegação da Recorrente, conforme restará demonstrado.

**17.** Como é de comum conhecimento, a inexecutabilidade para ser alcançada tem de ser efetivamente comprovada e estar sujeita aos regramentos dispostos pela Lei 14.133/2021, não bastando uma mera alegação para fazer valer tal entendimento.

**18.** Não por outra razão é que o Tribunal de Contas da União determina à administração verificar a efetiva capacidade de a licitante executar os serviços, no preço oferecido, assegurado o alcance do objetivo da licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa, e, por consequência, do interesse público, bem tutelado pelo procedimento licitatório. – cf. Acórdão 141/2008 Plenário.

**19.** Nos termos da Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, é possível verificar que o d. Pregoeiro agiu corretamente e dentro da legalidade ao classificar a proposta da empresa. Em que pese a irresignação da Recorrente, suas razões recursais não merecem prosperar, uma vez que não basta apenas o inconformismo com o resultado do julgamento.

**20.** Cumpre salientar que a avaliação e o aceite da proposta foram realizados após a detida análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, com a promoção das devidas diligências, a qual embasou a decisão do pregoeiro. Assim, considerando a manifestação técnica apresentada, nada restou além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento do certame e habilitar a Recorrida, a qual considerou que *“a proposta atende aos critérios de ACEITAÇÃO, tendo demonstrado sua exequibilidade”*. Ainda no tópico 5.2 da citada Nota Técnica - Da consistência dos cálculos, índices e percentuais utilizados – no item CPRB, foi manifestado que o valor aplicado está “em conformidade”.

**21.** É certo que a publicação da Lei nº 14.973, em 16/09/2024, instituiu o regime de transição para o fim da Desoneração da Folha de Pagamento, alterando o regime tributário previdenciário a partir de 01/01/2025. Assim, a proposta de preços foi elaborada com base nos exatos termos dessa lei, que

prevê a transição da CPRB a partir do ano de 2025 como, inclusive, afirmado pela Recorrente.

**22.** Em suma, o valor ofertado pela Recorrida corresponde ao cenário vigente em 09/12/2024, data da apresentação da proposta, sendo que, nos custos do contrato a ser firmado apenas no ano de 2025, foi considerado o término do benefício da CPRB, como orientado na resposta ao pedido de esclarecimento citado pela Recorrente.

**23.** Além disso, na própria resposta ao esclarecimento houve a seguinte afirmação: *“cabe destacar que este FNDE não pode indicar ou orientar que valor a empresa deve apresentar na sua proposta de preços, sendo uma liberdade da licitante apresentar na sua proposta o valor que quiser.”*, o que foi desconsiderado pela Recorrente.

**24.** É cristalino que: ou a Recorrente se equivocou na interpretação da resposta ao esclarecimento ou se utilizou da própria torpeza e precificou a sua proposta exatamente como a Recorrida e, como perdeu a disputa, apresentou recurso com base nesse argumento falho.

**25.** Ademais, restou claro a todos os licitantes que o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será admitido por ocasião de eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, sendo afastada a possibilidade de reajuste de preços em virtude do fim da CPRB, já previsto na Lei nº 14.973/2024.

**26.** Desse modo, reitera-se que no preço ofertado há a previsão do término do benefício da CPRB e a Recorrida, em momento algum da contratação, se utilizará do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com fundamento no regime de transição previsto na Lei nº 14.973/2024.

**27.** Posto isso, no que tange à alegada inexecutabilidade da proposta, não há qualquer razoabilidade da Recorrente. Ora, o objetivo da licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, com a igualdade de condições entre os licitantes! Sendo que deverá ser processada e julgada em observância *“aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.”*<sup>1</sup>

**28.** Em atendimento a todos esses preceitos, a ALGAR TI apresentou as planilhas de formação de custos no momento oportuno, com base na legislação vigente, sendo que foram detidamente

---

<sup>1</sup> Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021

analisadas pela D. Comissão de Licitação do FNDE.

**29.** Importante salientar, apenas por mero preciosismo, que cada empresa tem sua própria estratégia de prestação de serviços e a ALGAR TI apresentou sua proposta comercial baseada em sua estratégia com resultados que atendem ao solicitado com eficiência e qualidade adequada, como bem pontuado pelo r. Pregoeiro em resposta ao questionamento apresentado no recurso da Recorrente.

**30.** Desta feita, a ALGAR TI seguiu todos os parâmetros do edital e assim comprovou adequadamente seus custos e consequentemente a exequibilidade da sua proposta, conforme correta avaliação da equipe técnica do FNDE.

**31.** Por fim, destaca-se que a Recorrida apresentou declaração afirmando que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como há claro compromisso da ALGAR TI para a prestação dos serviços com a qualidade e eficiência esperadas pelo FNDE.

**32.** Daí porque não há que se falar em qualquer inexecutabilidade para os preços ofertados, restando claro que as argumentações recursais da Recorrente nada mais são do que ilações sem sentido ou sem qualquer comprovação robustas, levantadas unicamente para tumultuar o certame.

**33.** Ao que parece, a Recorrida pretende distorcer a finalidade do certame que, precipuamente, busca a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sempre pautada no interesse público, observada a igualdade de condições entre os licitantes, motivo pelo qual seu recurso deve ser improvido.

### **III.II. DA CORRETA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA PARA FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS**

**34.** No que tange à alegação de que a ALGAR TI apresentou planilha de preços com inconsistências no Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários e aplicou percentual próprio, sem qualquer explicação ou justificativa legal, em itens que deveriam seguir os parâmetros estabelecidos pelo Edital, da mesma forma, sem qualquer fundamento válido.

**35.** Inicialmente, cabe destacar que os percentuais apresentados no Encarte 13 - Memória De Cálculo de Custos e Formação de Preços são unicamente para orientar a elaboração das propostas

de preços das licitantes, sendo que constam elementos dependentes de aspectos particulares de cada empresa, o que deve ser ajustado às suas peculiaridades, observados os dispositivos aplicáveis deste edital e a legislação vigente, a saber:

### **ENCARTE 13 MEMÓRIA DE CÁLCULO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

1. Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços.

1.1. As licitantes deverão apresentar uma planilha de custos e formação de preços para cada perfil profissional (Sênior e Pleno), utilizando como referência o modelo apresentado neste anexo.

1.2. Na elaboração das planilhas as licitantes deverão observar convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.

1.3. Este anexo, contém planilha de exemplo para subsidiar a elaboração da proposta de preço pela licitante. Cabe destacar que os demais elementos dependentes de aspectos particulares da empresa (ex.: regime tributário) deverão ser ajustados pela licitante, observados os dispositivos aplicáveis deste edital e a legislação vigente.

**36.** Portanto, os percentuais das propostas de preços são definidos a critério da empresa Licitante e os percentuais propostos no modelo de planilha de custo do Termo de Referência servem apenas como referência.

**37.** A fim de corroborar tal entendimento, com base na Nota Técnica nº 4520887/2024/CGGOV/DIRTI do FNDE, que julgou a proposta da empresa LINUXELL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, restou definido pela Coordenação de Contratos do FNDE, em item similar (módulo 4, referente ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto), que é permitida a indicação de percentuais diferentes na licitação, pois são baseados em histórico de incidência de cada empresa, sendo que a cotação dos percentuais é de inteira responsabilidade da empresa.

**38.** Ademais, não há que se falar em utilização de valores aleatórios e/ou genéricos por parte da Recorrida visto que apresentou a alíquota de 4,64% para férias e adicional de férias, quando na planilha referencial havia a indicação do percentual de 12,10%. A justificativa, já apresentada em



sede de diligência, condiz com a realidade da empresa ALGAR TI onde, de acordo com histórico de contratos com objetos semelhantes ao da presente contratação, há a execução dos serviços pelo período máximo, ou seja, de 60 meses.

**39.** Cabe destacar que, para a presente contratação, não foi considerado o prazo máximo de execução instituído pela Lei nº 14.133/2021 que rege o Edital, de 120 meses, visto que a legislação é recente e a ALGAR TI não possui histórico nesse sentido.

**40.** Em que pese a Recorrente alegar que o percentual de 12,10% é o correto para o módulo Férias e Adicional de Férias, esse percentual representa o 1/13 constitucional de férias mais o provisionamento das últimas férias que serão pagas por posto de trabalho ao final do contrato. E, a partir do segundo ano do contrato, a alíquota passa a ser de apenas 2,73% a ser provisionado mensalmente.

**41.** A ALGAR TI apresentou o percentual ora combatido exatamente nos termos do Edital e legislação vigente, sendo que apenas dividiu o provisionamento das férias pelo período médio de contratação, de 60 meses.

**42.** Nos termos da Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, está claro que o módulo 2.1-B do tópico 5.2 da citada Nota - Da consistência dos cálculos, índices e percentuais utilizados – restou analisado e consta como “em conformidade”.

**43.** Ainda, reitera-se que a Recorrida apresentou declaração afirmando que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, bem como há claro compromisso da ALGAR TI para a prestação dos serviços com a qualidade e eficiência esperadas pelo FNDE.

**44.** Em suma, a planilha de formação de preços apenas demonstra a capacidade da ALGAR TI em prestar os serviços com a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem qualquer prejuízo ou sobrepreço. Ademais, não são considerados outros fatores que impactam positivamente na precificação, tais como, diversos outros contratos de prestação de serviços com objeto similar, conforme comprovado por meio dos atestados de capacidade técnica apresentados, e profissionais com as mais diversas qualificações, que prestam serviços sob demanda aos vários clientes da Recorrida e que podem, facilmente, proceder com a substituição do posto de serviço. Assim, *a priori*, nem seria necessário provisionar os custos de substituição de profissionais, visto que tais custos já estão sendo pagos pela Recorrida.



45. Portanto, os custos para a plena execução dos serviços foram previstos, sendo que a decisão pela habilitação da Recorrida, ALGAR TI, merece ser mantida.

### **III.III. DA INCLUSÃO DOS CUSTOS RELACIONADOS AOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES**

46. Igualmente descabida é a alegação da Recorrente de ausência de demonstração dos custos, na planilha de composição dos preços, relacionados aos equipamentos e softwares necessários para a execução dos serviços.

47. Como informado anteriormente, em que pese constar no Encarte 13 do Termo de Referência, o Módulo 5 – insumos diversos, assim como os demais, devem ser preenchidos em conformidade com a especificidade de cada empresa, uma vez que os custos com a execução dos serviços serão unicamente de sua responsabilidade.

48. Dessa forma, a ALGAR TI afirma que os custos relacionados aos equipamentos e softwares necessários à execução dos serviços estão devidamente incluídos na proposta apresentada, mais especificamente no item custos indiretos.

49. Nesse contexto cabe reiterar que, em 01/06/2024, a operação de venda da torre de Managed Service Provider (MSP) da Algar TI Consultoria foi concluída com a aquisição pela empresa Positivo Tecnologia. E, como parte do processo de aquisição e união dessas empresas, a Recorrida ampliou o seu portfólio, visto que a Positivo desenvolve, fabrica e comercializa computadores e demais equipamentos eletrônicos, bem como desenvolve soluções de infraestrutura de TI, máquinas de pagamento e tecnologias educacionais. Daí tais custos de equipamentos estarem inseridos no custo indireto.

50. Mais uma vez, a Recorrente se utiliza de argumentos sem qualquer lógica na tentativa de ludibriar esse nobre Pregoeiro e a Comissão de Licitação. Portanto, não há que se falar em qualquer supressão de valores na planilha de preços da Recorrida, capazes de prejudicar a execução dos serviços.

### **III.IV. DA CORRETA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 2% DO ISS**

51. No tocante à alegação da incorreta aplicação da alíquota de ISS, mais uma vez, a Recorrente pretende desvirtuar o objetivo da contratação e tumultuar o certame ao majorar, a qualquer custo, o

valor ofertado, diante de sua interpretação equivocada do Edital e das respostas aos esclarecimentos.

**52.** Com base na resposta a um esclarecimento fornecido pelo FNDE, a Recorrente alega que a utilização da alíquota de 2% (dois por cento) de ISS, na planilha de preços da Recorrida, está incorreta. Afirma, equivocadamente, que a alíquota correta seria de 5% (cinco por cento), pois o objeto da licitação se refere ao fornecimento de postos de serviço. Senão vejamos:

**Questionamento:**

**Da não bitributação:** entendemos que, para essa licitação, irá incidir o ISS (mas o TR exige regularidade estadual; verificar com DCINT) para faturamento dos serviços, sendo o referido tributo devido e recolhido na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços e domicílio da Licitante, e portanto, não haverá retenção de ISS na cidade da CONTRATANTE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 116/2003. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer e informar com base em qual fundamentação e legislação se aplica o entendimento da CONTRATANTE.

**Resposta do pregoeiro:**

“O entendimento NÃO está correto. A despeito de o art. 3º da Lei Complementar 116/2003 estabelecer que, como regra, os tributos sejam devidos e recolhidos na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços, em sua parte final o mesmo dispositivo estabelece algumas exceções, como é o caso de fornecimento de mão-de-obra, ocasião em que **o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador de mão-de-obra.**

“Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (...)

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa; (...)

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.”

Portanto, em que pese a contratação ser referente a Serviços de informática e congêneres, informa-se que na presente contratação há predominância do Fornecimento de mão-de- obra, **de modo que o recolhimento será devido no local do estabelecimento do tomador da mão de obra (exceção) e NÃO na cidade do estabelecimento de prestação dos serviços (regra).**”

**53.** Já no início do pedido de esclarecimento é possível verificar a referência à questão da não bitributação dos serviços. Em que pese a resposta ao esclarecimento constar que há a predominância

do fornecimento de mão-de-obra, a sua conclusão encerra dúvida a respeito da localidade em que deve ser recolhido o Imposto, motivo pelo qual o questionamento deve ser considerado para tal finalidade: a definição do local de recolhimento do tributo. Para a presente contratação, definiu-se a cidade de Brasília/DF, que é a exceção à regra tributária.

**54.** Assim, desarrazoada a interpretação realizada pela Recorrente, onde afirma que o código correto para fins de estabelecimento da alíquota do ISS é o de nº 17.05 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003, cuja alíquota é de 5%, nos termos da legislação do Distrito Federal, artigo 38 do Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508/2005).

**55.** Veja que na Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI está claro que o módulo 6-C.3 do tópico 5.2 da citada Nota - Da consistência dos cálculos, índices e percentuais utilizados – restou analisado e consta como “Valor aplicado no Distrito Federal para TIC”.

**56.** Cabe destacar que o código 17.05 (fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço) é uma espécie do gênero do código 17, que se refere aos serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres, que não guarda qualquer relação com os serviços objeto do Edital.

**57.** A alíquota a ser utilizada é a de 2%<sup>2</sup>, como apresentado pela Recorrida e aceito pela r. Comissão de Licitação, referente ao código 1.03 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003, referente a projeto, planejamento, implantação, gerenciamento e manutenção da operação de redes de comunicação de dados.

**58.** Nesse contexto, causa muita estranheza o fato de a Recorrente alegar que o serviço objeto desta licitação deve considerar o ISS de 5%, sendo que esta mesma Recorrente, empresa G4F, em 28/08/2023, foi declarada vencedora da licitação da Advocacia Geral da União (AGU) para objeto similar, conforme print abaixo, com postos de serviços e a alíquota ora utilizada fora a de 2%.

---

<sup>2</sup> Artigo 38 do Decreto Distrital nº 25.508/2005 - Regulamento do ISS

## Objeto da Licitação da AGU



# PREGÃO ELETRÔNICO

## 004/2023

### CONTRATANTE (UASG)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (110792)  
NUP 00693.000760/2023-61

### OBJETO

Prestação do serviço de apoio técnico especializado em governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação para atender as necessidades da Advocacia Geral da União, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

## Objeto desta Licitação do FNDE



# PREGÃO

# ELETRÔNICO

## 90013/2024

### CONTRATANTE (153173)

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

### OBJETO

Contratação de serviços de apoio técnico especializado às atividades de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

59. A fim de corroborar a afirmação, segue abaixo print da tela da Planilha de Custos e Formação de Preços da Recorrente apresentada na citada licitação da AGU, onde consta claramente a utilizada da alíquota do ISS de 2%.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
Composição		Percentual (%)	Valor - R\$		Valor - R\$
A	Custos Indiretos (Estimativa - Máxima)	5,00%	R\$	956,52	R\$ 557,24 F
B	Lucro	8,25%	R\$	1.541,50	R\$ 941,46 F
C	Tributos (Estimativa - Máxima)	10,15%	R\$	2.443,28	R\$ 2.443,28 F
Sub-Itens	C.1 : Tributos Federais				
	C.1.1 : PIS	0,65%	R\$	156,47	R\$ 91,47 F
	C.1.2: COFINS	3,00%	R\$	722,15	R\$ 422,15 F
	C.2 : Tributos Estaduais (Especificar)	0,00%	R\$	-	R\$ - F
	C.3 : Tributos Municipais	2,00%	R\$	481,43	R\$ 281,44 F
	C.4 : Outros Tributos (CPRB)	4,50%	R\$	1.083,23	R\$ 633,23 F
TOTAL MÓDULO			R\$	4.941,30	R\$ 3.941,98 F
TOTAL DO CUSTO DO PROFISSIONAL				24.071,72	14.071,79 F

Estas informações podem ser consultadas através do link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=11079205000042023>

60. Ora, como a empresa G4F que afirma que a conduta da Recorrida está equivocada, atua exatamente da mesma forma, ao apresentar proposta de preços com a utilização da alíquota do ISS de 2% em certame de outro Órgão da Administração Pública Federal, com objeto quase idêntico, sagra-se vencedora, mas repreende a ALGAR TI?

61. Por fim, salienta-se o disposto na Nota Técnica nº 4520887/2024/CGGOV/DIRTI do FNDE, que julgou a proposta da empresa LINUXELL, referente à apresentação da alíquota de 2% do ISS, a saber:

#### 7.3.2. Módulo 6-C (ISS)

7.3.2.1. Em resposta a DILIGÊNCIA, a Licitante argumentou que conforme disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003, adotou orientação técnica para fins de cálculo, além do entendimento apresentado no pedido de esclarecimento de 26/11/2024, às 18h55, que esclareceu: “o recolhimento será devido no local do estabelecimento do tomador da mão de obra”. De forma complementar a diligência, em 29/11/2024, o pregoeiro solicitou a análise da Coordenação de Contratos do FNDE a fim de subsidiar a decisão da Equipe de Licitação acerca da eventual necessidade de ajustes na planilha de custos apresentada pela Licitante e, eventualmente, por consequência, no valor de sua proposta.

7.3.2.2. A Coordenação de Contratos respondeu, em 02/12/2024, que ao consultar o CNPJ da empresa, verificou-se que ela apresenta como **atividade**

**econômica principal o código 62.09-1/00, o que se enquadra na alíquota da Lei Complementar n.º 963/2020, portanto, correta a composição do percentual de 2% para o ISS.** No que se refere ao CPRB de 3,6%, pondera-se que o referido percentual condiz com o que está disposto na Lei n.º 14.973/2024, que prevê no Art. 9º-A, inciso I, alínea “a” a aplicação de 80% (oitenta por cento) das alíquotas estabelecidas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei (4,5%).

7.3.2.3. Dessa forma, não há comentários desta área técnica quanto a resposta apresentada, tendo em vista que **a composição do percentual de ISS foi corretamente fundamentada, estando em conformidade com a legislação vigente.** Não há necessidade de ajustes na planilha de custos para este item.

**62.** Por essa ótica, a Recorrida possui a mesma atividade econômica principal da licitante avaliada, 62.04-0-00 – Consultoria em tecnologia da informação, que se enquadra na alíquota 2% da Lei Complementar n.º 963/2020.

 <p align="center"><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b></p> <p align="center"><b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b></p>		
NUMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.510.654/0004-21</b> FILIAL	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>25/11/2009</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ALGAR TI CONSULTORIA S/A</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SYNOS CONSULTORIA</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves</b> <b>62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda</b> <b>62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis</b> <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b> <b>63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>205-4 - Sociedade Anônima Fechada</b>		

**63.** Portanto, deve ser afastada a frágil alegação da Recorrente de aplicação incorreta da alíquota do ISS, uma vez que aos serviços a serem prestados pela Recorrida deve incidir a alíquota de 2%, com o recolhimento na cidade de Brasília/DF, local do estabelecimento do tomador dos serviços, FNDE. A proposta de preços está em pleno acordo com as normas editalícias – e a empresa Recorrida foi, portanto, corretamente habilitada.



- 64.** O que se verifica é que a Recorrente pretende que a Administração Pública contrate solução mais cara, sendo o balizador para tal entendimento o simples fato de a Recorrente ter apresentado preço superior à proposta vencedora.
- 65.** Daí porque tem-se que a tese recursal ventilada pela Recorrente é vazia e sem fundamento já que calcada em conclusões e inferências que em nada se alinham para com o efetivo objetivo dos certames público, que é a obtenção do melhor serviço pela proposta mais vantajosa.
- 66.** Assim, devem ser desconsideradas todas as alegações da Recorrida quanto aos erros na precificação do INSS, CPRB, férias e adicional de férias, Incidência Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1, vez que, conforme demonstrado, sem qualquer razoabilidade. E, por tal motivo, os percentuais de custos indiretos e lucros permanecem os mesmos dos apresentados e avaliados pela d. Comissão de Licitação, que concluiu pela exequibilidade da proposta e impõe a manutenção da decisão de habilitação da ALGAR TI.
- 67.** Corroborando o quanto exposto, com vistas a conferir segurança às tratativas que antecedem a celebração de contratos, o ordenamento jurídico brasileiro institui a regra de que a proposta vincula o proponente.
- 68.** É o que estabelece o Código Civil, em seu art. 427, segundo o qual a *“proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso”*.
- 69.** Da mesma forma, a Lei de Licitações busca atribuir efetividade a essa máxima, ao dispor que os *“contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta (art. 89, § 2º).”*
- 70.** Ainda, em seu art. 92, estabelece como cláusula obrigatória do contrato aquela que verse sobre a *“vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;”* (inc. II).
- 71.** Neste sentido, a ALGAR TI afirma, ao contrário do alegado pela empresa G4F, que apresentou proposta exequível e a mais vantajosa para o FNDE, não havendo que se falar em apresentação de proposta inexecuível em descumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório,



merecendo ser desprovido o recurso interposto pela empresa G4F e, conseqüentemente, mantida a habilitação da empresa ALGAR TI.

### **III. DOS PEDIDOS**

**72.** Considerando tudo quanto anteriormente exposto, em especial o acerto da decisão administrativa em declarar a empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A. como vencedora da disputa, requer-se pelo não provimento do recurso apresentado pela empresa G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, sendo mantida inalterada a decisão administrativa proferida.

Nesses termos

Pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 10 de janeiro de 2025.

Algar TI Consultoria S/A  
CNPJ: 05.510.654/0004-21  
André Bezerra Ramos  
CPF: 908.034.421-49 | RG: 1.624.579 SSP/DF